



Câmara Municipal de Varginha

Pronunciamento nº 2/2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Varginha.

Senhores vereadores;

Senhores e senhoras.

Pelo presente Pronunciamento, manifesto meu apoio à Resolução n. 2.378 de março de 2024, que, oportunamente equipara com clareza, a realização do procedimento de assistolia fetal a um ato médico que ocasiona o feticídio.

O pronunciamento se justifica como manifestação de vontade da maioria absoluta do Povo de Varginha, no intuito de apoiar o Conselho Federal de Medicina, diante das graves ameaças à vida e motivado pela movimentação iniciada logo após a publicação no D.O.U. do dia 3 de abril próximo passado, da Resolução CFM n. 2.378, de 21 de março de 2024, com o fito de a menoscar e desqualificar. A referida Resolução prescreve em seu art. 1º que:

“Art. 1º É vedado ao médico a realização do procedimento de assistolia fetal, ato médico que ocasiona o feticídio, previamente aos procedimentos de interrupção da gravidez nos casos de aborto previsto em lei, ou seja, feto oriundo de estupro, quando houver probabilidade de sobrevida do feto em idade gestacional acima de 22 semanas.”

A assistolia consiste na introdução de cloreto de potássio diretamente no coração do nascituro, causando a sua parada cardíaca. O procedimento está sendo propositalmente introduzido para facilitar a prática do aborto entre o quinto e o nono mês de gestação pois, sem a assistolia, o bebê nasceria vivo e teria que ser morto fora do útero, um procedimento traumático inclusive para os profissionais da área da saúde que se dispõem a trabalhar com o aborto.

Recentemente, contra as normas técnicas do Ministério da Saúde em vigor, nas quais desaconselha-se o aborto após a vigésima semana, o Ministério Público tem insistido que o Código Penal de 1940, ao não punir o aborto em caso de estupro, não teve intenção de impor limites à prática, uma vez que, no seu artigo 128, que dispõe sobre o tema, não teria fixado limites de idade gestacional.

Porém, ocorre que está sendo esquecido que a mortalidade materna em consequência de um parto cesáreo, em 1940, único modo possível de se realizar um aborto tardio naquela época, estava em torno de 20%. As mulheres poderiam morrer devido a septicemia decorrente de uma infecção, pois não estava ainda disponível a penicilina nem os demais antibióticos. A penicilina, que baixou a mortalidade materna após o parto cesáreo praticamente a zero, somente começou a ser difundida na prática médica após a Segunda Guerra Mundial. Por este motivo, em 1940, a prática do aborto no segundo e terceiro trimestre da gestação era algo



Câmara Municipal de Varginha

impensável. E, caso fosse tentado, seria visto como um infanticídio e não como um aborto. Este foi o motivo pelo qual o legislador não colocou um limite gestacional para a não punibilidade do aborto em casos de estupro. Legisla-se sobre realidades, não sobre hipóteses reconhecidamente impossíveis.

Portanto, entendemos que o Conselho Federal de Medicina, em sua Resolução CFM 2.378/2024, oportunamente equipara com clareza "a realização do procedimento de assistolia fetal a um ato médico que ocasiona o **feticídio**".

Este pronunciamento também sugere, respeitosamente, às duas Casas do Congresso Nacional, a consideração da conveniência de se passar legislação positiva de proibição da chamada "assistolia fetal".

Portanto, pretende-se por meio deste pronunciamento, manifestar expresso apoio ao Excelentíssimo Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, ao Excelentíssimo Presidente da Câmara, Arthur Lira e ao Conselho Federal de Medicina, para a defesa do direito à vida, inerente por si mesmo a todo ser humano, conforme a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, do qual o Brasil é signatário, afirma em seu artigo 3: "Todo ser humano tem direito à vida".

Por fim, não se pode tampouco desprezar a vontade popular. O parágrafo único do artigo primeiro de nossa atual Constituição declara que todo poder emana do povo e é exercido por meio de seus representantes, de quem, portanto, este pronunciamento se faz voz. Através de diversas pesquisas, realizadas por variados institutos, tem-se encontrado invariavelmente que a posição do povo brasileiro é majoritariamente contrária ao aborto.

Por fim, este vereador requer, nos termos regimentais, que o presente pronunciamento seja enviado como manifestação de nossa mais veemente preocupação e apoio, ao Exmo. Sr. Rodrigo Otávio Soares Pacheco, MD Senador Presidente do Senado Federal e ao Exmo. Sr. Arthur Lira, MD Deputado Federal Presidente da Câmara dos Deputados, pedindo que deem conhecimento aos seus pares, ao Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Atas das Sessões da Câmara Municipal de Varginha, em 10 de julho de 2024.

Rodrigo Silva Nunes
Professor Rodrigo Nunes
Vereador - PSB

Marco Antonio de Souza
Marquinho da Cooperativa
Vereador - REPUBLICANOS

FERNANDO GUEDES OLIVEIRA - Dr. Guedes
Vereador

José Roberto Batista
Beto do Posto
Vereador - PSL

Carlos Roberto Rodrigues
Carlinho da Padaria
Vereador - PODE

Apoliano de Jesus Rios
PRESIDENTE

Daniel Rodrigues de Faria
Dandan
Vereador - PODE

Cristovão Vilas Boas
Cristovão
Vereador - PODE

Joãozinho Martins Ribeiro
Joãozinho Enfermeiro
Vereador - PSC

Zilda Maria da Silva
ZILDA SILVA
VEREADORA - PP

Lucas Gabriel Ribeiro
Dr. Lucas
Vereador - PSDB

Eduardo Benedito Ottoni Filho
DUDU OTTONI
VEREADOR - PTB